



Câmara Municipal dos Barreiros – PE

Casa de Nilo Moraes

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2021
MODALIDADE: CONVITE Nº 004/2021

1 – Preâmbulo

1.1 – A CÂMARA MUNICIPAL DOS BARREIROS – CASA DE NILO MORAES, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 08.915.159\0001-48 em observância ao disposto e determinado na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, torna público para conhecimento dos interesses, que no dia 26 de março de 2021 (26/03/2021) às 11h30min horas, na sede da Câmara Praça Barão de Gindai, 404 - Centro - Barreiros - PE - CEP 55560-000, que realizará Sessão para recebimento dos envelopes de "DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA", da Licitação em epígrafe, na modalidade CONVITE, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, EM CONFORMIDADE COM A Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, bem como das demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação.

1.2 – Os Envelopes nº 01 "DOCUMENTAÇÃO" e nº 02 "PROPOSTA DE PREÇOS", deverão ser entregues a Comissão Permanente de licitação, na sede da Câmara Municipal – Casa de Nilo Moraes, sito, à Praça Barão de Gindai, 404 – Centro – Barreiros/PE, até às 11h30min horas do dia 26 de março de 2021.

1.3 – A abertura dos Envelopes nº 01 "DOCUMENTAÇÃO", terá início às 11h30min horas do dia 26 de março de 2021, no mesmo endereço acima mencionado, seguindo-se abertura dos Envelopes nº 02, "PROPOSTA DE PREÇOS", desde que não sejam interpostos recursos contra a fase de habilitação ou ocorra desistência de sua interposição.

2 – DO OBJETO

2.1 – Contratação de Pessoa Jurídica e/ou Física para a Prestação de Serviços de locação de veículo automotor, com motorista, destinado ao transporte dos vereadores, servidores e prestadores de serviços da Câmara Municipal, conforme Termo de Referência, anexo I. Que deverão fazer parte do respectivo processo, devendo ser observadas as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

3– DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Além dos licitantes convidados pela Administração poderão participar de presente licitação, licitantes interessados, cadastrados na correspondente especialidade no órgão competente da Câmara Municipal dos Barreiros – PE, que manifestem interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas antes do prazo previsto para entrega dos envelopes da Documentação e proposta de Preços.



Câmara Municipal dos Barreiros – PE

Casa de Nilo Moraes

4- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal/recibo por parte dos licitantes vencedores devidamente atestados pela Administração.

5- DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

5.1 Os interessados em participar da presente licitação, deverão apresenta suas documentações e proposta de preços, em envelopes opacos, uma denominada Envelope Documentação, que conterá a documentação comprobatória de sua habilitação, o outro denominado Envelope proposta e suas condições de preços.

6-DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1 Os envelopes deverão ser preenchidos externamente da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DOS BARREIROS
PROCESSO 004/2021 – CONVITE Nº 004/2021

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DOS BARREIROS
PROCESSO 004/2021 – CONVITE Nº 004/2021

7- DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento de eleição de seus administradores;

7.2 As últimas alterações contratuais que atualizem endereço, objeto social, titulares/sócios, capital social e representante ou administradores legais devidamente registradores;

7.3 Decretos de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.4 Comprovações á regularidade fiscal e trabalhista;

7.5 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

7.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicilio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



Câmara Municipal dos Barreiros – PE

Casa de Nilo Moraes

- 7.7 Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (Lei nº 8.036, de 11/05/90);
- 7.8 Certidão Negativa de Débito – CND para com INSS, conforme estabelece a Lei nº 8.212, de 24.07.91.
- 7.9 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- 7.10 Prova de Regularidade com a fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da LICITANTE, através de certidões expedidas pelos órgãos competente no prazo de validade, na forma da lei;
- 7.11 Prova de regularidade profissional emitida pelo CRC – Conselho Regional de Contabilidade, devidamente atualizado.
- 7.12 Declaração da licitante que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos no inciso XXXIII, do Art. 7º da constituição Federal de 1988 (Lei Federal 9.854/99) – (MODELO ANEXO II).

8-DA HABILITAÇÃO PESSOA FÍSICA:

- 8.1 Prova de Inscrição no cadastro de Pessoas Físicas (CPF)
- 8.2 Comprovantes de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- 8.3 Cópias do RG.
- 8.4 Declaração negativa de inidoneidade para licitar com a administração pública, conforme previsto no art. 97, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores (modelo anexo IV)
- 8.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados em originais ou cópias, estas deverão estar autenticada, nos documentos xerocados, não autenticados exigir-se-á a apresentação dos originais para serem autenticados pela Comissão Permanente de Licitações.
- 8.6 Não serão admitidas a esta licitação as pessoas jurídicas suspensas ou impedidas de licitar com qualquer órgão ou entidade da administração Federal, Estadual ou Municipal.
- 8.7 Não poderão participar direta ou indiretamente da presente Licitação os licitantes cujos responsáveis sejam servidores ou dirigente da Câmara Municipal dos Barreiros/PE.
- 8.8. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração oficial ou qualquer outro documento legal, não poderá representar mais de um licitante nesta Licitação.
- 8.9 Não será concedida habilitação ao licitante que deixar de apresentar, quaisquer acima referidos ou apresenta-lo em desacordo com as exigência do presente Convite.

9.2 DA CONDIÇÃO DE EPP E ME

- 9.2.1 – A condição de Microempresa e Empresa de pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação fora dos envelopes da seguinte documentação.
- 9.2.2 Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei nº 9.371/96:



Câmara Municipal dos Barreiros – PE

Casa de Nilo Moraes

a) Comprovante de opção pelo Simples contido através do site da Secretaria da Receita Federal.

b) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06. (MODELO ANEXOIII).

9.2.3 Empresas não optante pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei nº 9317/96:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 12/06;

b) Cópia de Declaração de Informação Econômico-Fiscais da pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

d) Cópias do contrato social e suas alterações;

e) Declaração firmada pelo representante legal da empresa de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do §4º do Artigo 3º da LC 123/06. (MODELO ANEXO III).

9.2.4 Os documentos relacionado no item 8.5 para efeito de comprovação da condição de Microempresas ou Empresas de Pequeno porte, poderão ser substituídos pela certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução normativa do DNRC nº 103, publicado no dia 22/05/2007.

9.2.5 As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que essa apresente alguma restrição.

9.2.6 Caso a(s) licitante (s) vencedora(s) da licitação seja microempresa ou empresa de pequeno porte e tenha qualquer restrição relativa à documentação de regularidade fiscal apresentada para sua habilitação, terá prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da sua declaração de vencedora da licitação, para sanar a irregularidade pendente, sob pena de decadência do direito à contratação sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10- DAS PROPOSTAS

10.1 O envelope proposta deverá conter:

10.1.1 A proposta propriamente dita deverá ser digitada, em uma via, redigida em português de forma clara e detalhada. Contendo preços unitários e totais, este último em algarismo e por extenso sem emendas, rasuras borrões ou entrelinhas, assinada em seu final pelo representante legal da proponente e rubricada nas demais folhas, conterà:

10.1.2 Número do convite e do processo;

10.1.3 Descrição do objeto da licitação, obedecida as especificações constante no subitem 2.

10.1.4 Preço ofertado, em moeda corrente nacional;

10.1.5 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da proposta de preços;

10.1.6 Local data, Assinatura e identificação do signatário.



Câmara Municipal dos Barreiros – PE

Casa de Nilo Moraes

- 10.1.7 As propostas depois de apresentadas não poderão sofrer acréscimos ou retificações.
- 10.1.8 Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os encargos e tributos decorrentes da prestação dos serviços.
- 10.1.9 Em nenhuma hipótese será aceito solicitação de cancelamento da proposta de preço pelos licitantes, após a abertura das mesmas, sob alegação de que houve engano de preços, salvo se forem considerados pela comissão como irrisório ou superfaturado.
- 10.1.10 Após, abertos os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanarem falhas ou omissões.
- 10.1.11 Não serão propostas com opções e nem levadas em considerações quaisquer oferta ou vantagem não prevista neste convite, inclusive financeiramente subsidiado ou a fundo perdido, em preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
- 10.2 Concluída a fase de habilitação, sem interposição de recursos, a Comissão abrirá os envelopes Propostas de Preços, dos Licitantes Habilitados.
- 10.3 O valor máximo admissível para prestação dos serviços objeto desta licitação está relacionado no ANEXO I deste edital e correspondente ao valor global de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

11- DO JULGAMENTO

- 11.1 O presente convite será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 11.1.1 Serão desclassificadas as propostas;
- 11.1.2 Que não atenderem as condições deste Convite;
- 11.1.3 Que contiverem preços excessivos ou condições inexigíveis;
- 11.1.4 O julgamento das propostas será o de menor preço unitário (mensal);
- 11.2 A Comissão sempre que julgar necessário solicitará parecer jurídico sobre o objeto licitado, nos termos destes convites e das propostas apresentadas, que melhor atenderem as necessidades da Administração.
- 11.3 No caso de empate, entre duas ou mais propostas, a classificação se fará obrigatoriamente, por sorteio entre os licitantes, vedados qualquer outro processo, observando o disposto no § 2º do Art. 45.
- 11.4 Caso a Comissão julgue conveniente poderá suspender a reunião a fim de analisar os documentos apresentados de habilitação ou proposta de preços, e se necessário, solicitará parecer jurídico, marcando na oportunidade nova data e horário em que voltará a reunir-se com os interessados.
- 11.5 É facultada à comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer, ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação.

12 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 12.1 Os serviços poderão ser prestados nas instalações da contratada ou em outro local indicado, devendo o profissional prestar os serviços e os procedimentos necessários à consecução satisfatória do objeto.



Câmara Municipal dos Barreiros – PE

Casa de Nilo Moraes

13- DOS RECURSOS

13.1 Durante o procedimento desta Licitação serão admissíveis recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar a intenção do ato ou lavratura da Ata. Nos casos previstos no Art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14- DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

14.1 Após, decorrido o prazo de interposição de recurso ou julgado o mesmo, submeterá os autos à autoridade competente para deliberação quanto à homologação e adjudicação do presente processo.

14.2 É facultados a Câmara Municipal dos Barreiros/PE na hipótese dos motivos justos devidamente comprovados, convocar o licitante remanescente, respeitando a ordem de classificação proposto (a) pelo (a) primeiro (a) classificado (a), inclusive quanto aos preços, ainda revogados ou anular a Licitação total ou parcialmente.

15 – DA CONTRATAÇÃO

15.1 O licitante vencedor assinará contrato com a Câmara Municipal, no prazo máximo de 05(cinco) dias, a contar da convocação, sob pena de perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, comprometendo-se a prestar os serviços na forma descrita neste convite, Projeto Básico e na Minuta contratual e nas condições prevista na respectiva proposta, nos termos do Art. 54 e seguinte da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, no termo do Art. 57, inciso II do já diploma legal (minuta anexa).

16 – DAS PENALIDADES

I – advertência

II – multa, nos seguintes termos.

a) Em caso de rescisão contratual, por culpa ou dolo da Contratada, será aplicada a mesma, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, independentemente das penalidades previstas em lei.

b) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

III – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a



Câmara Municipal dos Barreiros – PE

Casa de Nilo Moraes

CONTRATADA ressarcir a Contratante, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

16.1 Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 durante o prazo de execução contratual.

16.2 As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratada, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis, que deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.3 As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstância fundamentadas em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Decairão o direito de impugnar os termos deste Convite de Licitação, que perante a administração o licitante que não fizer até o segundo dia útil que antecede a abertura dos envelopes de habilitação e abertura dos envelopes propostas de preços - §2º Art. 41.

17.2 A Câmara Municipal reserva-se o direito a qualquer tempo por razão de interesse público decorrente de fatos supervenientes devidamente comprovados, revogar a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade, assim como aumentar ou reduzir a quantidades licitadas, nas condições legais sem que isso dê aos concorrentes o direito de indenização ou reclamação.

17.3 As situações não previstas neste convite, inclusive aquelas decorrentes de caos fortuitos ou de força maior, serão resolvidas pela Comissão de Licitação, se necessário com O parecer da assessoria Jurídica Municipal, que se baseará na Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores atualizações.

18 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas decorrentes desta Licitação serão custeadas com recursos oriundos do orçamento do corrente exercício.

Órgão: 01 – Poder Legislativo

Unidade: 01.01 – Câmara Municipal

Sub. Unidade: 01.01.00 – Corpo Deliberativo

Função: Legislativa

Programa de Trabalho: 01.031.3004.2004.0000 – Manutenção das Atividades Administrativas da Câmara

Natureza das Despesas: 3.3.90.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção.



Câmara Municipal dos Barreiros – PE
Casa de Nilo Moraes

19- DO FORO

19.1 Fica eleito o foro da Comarca de Barreiros, Estado de Pernambuco, para dirimir as dúvidas ou controvérsias do presente Convite, com desistências a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

20 - HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

20.1 Os interessados a presente Licitação podem obter informações e cópia na íntegra do presente CONVITE, no seguinte endereço: Câmara Municipal de Vereadores dos Barreiros – PE, Praça Barão de Gindaí, 404 - Centro - Barreiros - PE - CEP 55560-000, das 08h00min às 13h00min horas de segunda a sexta-feira.

Barreiros, 12 de março de 2021.


Albertina Barbosa de Lima
Presidente da CPL.